



National

AV. MOHAMED SAAD BARRE, 997 MAPUTO
TELEPHONE, 45 05 70 - FAX 73 42 95

mediaFAX

Maputo * segunda-feira 21.12.92 * N° 149/92

- Consultores e Gestores de Projectos
- Estudos de Viabilidade Económica e Financeira



austral consultoria e projectos, lda.

Av. Zedequias Mangochela, 91-1º andar
Tel-33445, 33456, 422780 - Fax-423414
Maputo

De segunda a sexta, um diário no seu fax * Propriedade e edição: mediacoop - jornalistas associados, scl

Editor: Carlos Cardoso * Sede: Av. Mártires da Machava, n° 1002

C.P. 73 * Tlx 49 09 06, 74 39 52, 490909(ext. 208), 491154(ext. 208) * Faxes 49 00 63 / 49 09 06 * Tlx 6 - 233 * Maputo * Moçambique

Assinaturas mensais - ordinária: 75.000,00 MT * institucional: 150.000,00 MT ou 50 USD * de apoio: 300.000,00 MT ou 100 USD

COMISSÃO NÃO É GOVERNO PARALELO

1-149/92 (Maputo) Os 400 milhões USD prometidos na conferência de Roma são ser administrados por uma comissão de assistência humanitária da ONU - Unohac - composta pela ONU, representantes dos doadores e - adicionalmente ao que havíamos informado - por representantes do governo e da Renamo.

Segundo o embaixador italiano em Moçambique, Manfredi di Camerana, esta comissão será presidida por Bernardier Bert, succo, alto funcionário do PNUD.

Nela estarão representados a Itália, a CEE, a Suécia, a Noruega, a Dinamarca, a Finlândia, os EUA, a Alemanha, a Holanda, a Suíça, a França, Portugal, a Grã-Bretanha, a Austrália, a África do Sul, a Espanha, a Áustria, o Japão, a Bélgica.

Devido ao momento em causa, perguntámos a di Camerana se não haverá a possibilidade de tal comissão se transformar numa espécie de 2º governo dentro do país.

"Não há esse perigo", garante ele. E argumenta que o mandato da Unohac é o de gerir o desembolso dos dinheiros para as áreas aprovadas no programa (assentamento dos deslocados e refugiados, processo eleitoral, e reintegração dos militares desmobilizados), e não gerir a aplicação concreta do dinheiro. "O programa aprovado em Roma não tem nenhum conteúdo político, apenas técnico", afirma ele. Mas concorda que se deve colocar desde já a preocupação quanto à possibilidade de alguma cacofonia na gestão do programa.

A gestão do dinheiro será feita pelos operadores - ONGs nacionais, de preferência, se tiverem a elasticidade para conceber e executar programas ao ritmo que o desembolso vai requerer. Um dos objectivos do programa, diz o embaixador italiano, é contribuir para o reforço da capacidade das instituições locais.

Ele diz ser, também, infundados os receios manifestados na recente sessão da AP quanto ao mandato da força militar da ONU. "As actividades dessa força vão-se desenvolver em subordinação aos organismos previstos no acordo de paz", diz ele, ecoando aquilo que o Ministro Pascoal Mocumbi afirmou na AP.

Ele afirma que não haverá nenhum aumento significativo do

aparelho burocrático da ONU em Moçambique, para além da chegada de "alguns peritos".

Di Camerana confirma que a Unohac terá a liberdade de movimentar somas de uma alínea para outra. "Alguns fundos", diz ele, "poderão ser movimentados para a esfera produtiva". Ele põe, inclusivamente a hipótese de os fundos irem directamente para um distrito ou uma empresa local, por exemplo, para a reconstrução de um troço de estrada.

Di Camerana afirma que encara "com muita preocupação" a vaga de reivindicações de desmobilizados das FAM. A sua posição é a de "considerar todos os desmobilizados conjuntamente, não os dividir em grupos", diz ele sobre os militares já desmobilizados e os que ainda o não foram. "A intenção é resolver o problema globalmente".

Incluindo a incorporação da **Arrodag** (Associação Moçambicana dos Desmobilizados de Guerra) no exercício da desmobilização?

Di Camerana opina que "há que ver se ela representa efectivamente a maior parte dos desmobilizados; penso que sim. De qualquer maneira penso que ela deve ser consultada".

Ele é da opinião que o processo de desmobilização acordado ao abrigo do acordo de Roma "deve começar o mais rapidamente possível".

Em Janeiro, os doadores deverão reunir-se de novo, desta feita em Maputo, para analisar os projectos em cada área do programa, podendo haver, então, novas doações. Di Camerana recorda que houve países que em Roma não quiseram anunciar montantes específicos por razões técnicas como a proximidade do fim do ano (fecho de contas), só podendo fazê-lo em Janeiro. Esta conferência será presidida conjuntamente pela ONU e Itália.

Di Camerana diz que se o seu governo vir que Moçambique consegue aplicar rapidamente os fundos existentes poderá aumentá-los - a Itália prometeu já 105 milhões USD para a transição.

(da redacção)

A.1-4